

Dionísio Carneiro

“Evidência mostra retomada viável”

A recuperação do setor industrial, que vem ocorrendo desde o início do ano passado, começou com a demanda por exportações e pela demanda por parte do setor agrícola. A reposição do poder de compra dos salários propiciou a recuperação do consumo, especialmente importante no caso dos bens duráveis, que tinham sido muito afetados pela recessão. Só mais recentemente atingiu o setor de bens de capital, evidenciando maior disposição para investir por parte do setor privado. O importante da atual recuperação é que evidenciou ser possível voltar a crescer sem que a inflação se acelere e sem deteriorar as contas externas. A evidência disponível mostra que é viável a retomada do crescimento a taxas próximas da tendência histórica brasileira sem novos problemas de endividamento até a próxima década, desde que não haja nova crise internacional. A taxa de investimento é baixa, principalmente porque é necessário transferir ao exterior cerca de 4% do PIB anualmente. A capacidade ociosa existente, entretanto, permite taxas de crescimento superiores a 6% ao ano até o final da década sem grandes problemas. O direcionamento adequado dos investimentos, entretanto, é fundamental, não só para manter baixo o coeficiente importado, para não esbarrar na escassez de divisas, quanto para enfrentar os pontos de estrangulamento setoriais que a expansão pode gerar. O fundamental é ter em mente que as perspectivas do comércio internacional não encorajam o abandono das políticas de substituição de importações adotadas no programa de inversões desde o II PND.

Com uma taxa de inflação elevada como a nossa e com um importante componente inercial, existe sempre o risco de aceleração e mudança de patamar. Este risco é tanto mais importante quanto mais negligente for o governo na administração dos preços básicos: câmbio, salários, insumos importados e insumos governamentais. Neste ano, o sucesso da política de controle significou uma inflação cerca de 150 pontos percentuais inferior às expectativas generalizadas no final do ano passado, e mostrou que a inflação inercial tem de ser combatida no dia-a-dia. A inflação prossegue porque tem funcionalidade na transferência de recursos do setor privado para o governo e deste para o exterior e, portanto, não pode ser estancada sem que essa transferência de recursos seja ordenada. Isso exigirá uma reforma tributária de profundidade, coisa com a qual só poderemos contar dentro de no mínimo três anos. Se até lá o governo permitir que choques adversos provoquem o risco de uma explosão inflacionária, ganharão força as propostas de políticas de choque.

DIONÍSIO DIAS CARNEIRO é professor do departamento de economia da PUC-RJ